

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirigiu uma pergunta ao Ministério da Justiça a propósito de um recluso do Estabelecimento Prisional de Alcoentre que, segundo foi relatado em comunicação dirigida à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, não terá tido acesso aos cuidados médicos que a sua condição exigia.

Para além da ausência de cuidados de higiene mínimos, foi denunciada a falta de acompanhamento e de cuidados médicos, nomeadamente a necessidade de internamento hospitalar que não se efetivou alegadamente por falta de vaga no Hospital Prisional de Caxias.

Chegou agora ao conhecimento deste Grupo Parlamentar que lamentavelmente o referido recluso terá acabado por falecer na prisão. Segundo nos foi reportado, apesar da degradação do seu estado de saúde e dos esforços da Associação de Apoio aos Reclusos e do Diretor do Estabelecimento Prisional, este cidadão não foi transferido para qualquer hospital, nem para o hospital prisão, nem para qualquer outro pertencente ao SNS.

Esta situação é grave e parece configurar o culminar de uma grosseira violação do direito constitucional à proteção da saúde e ao acesso a cuidados de saúde, pelo que é urgente perceber o que de facto aconteceu, por que razão não foi este cidadão transferido para um hospital e o que foi feito para assegurar os seus direitos fundamentais.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Justiça as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Em caso afirmativo, por que razão não foi este recluso transferido para o Hospital Prisional de Caxias?
3. Não sendo possível a transferência para o hospital prisional, por que razão não foi transferido

para um hospital pertencente ao Serviço Nacional de Saúde?

4. Abriu o Ministério algum processo de averiguações para apurar o que aconteceu neste caso?
5. Entrou o Ministério em contacto com a família deste recluso?

Palácio de São Bento, 3 de setembro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)